

2ª COMISSÃO PERMANENTE - Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação
20ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

PARECER 2ª COMISSÃO PERMANENTE

Nº	Proc. Legisl. CMS nº	Interessados(as) – Alienação/Venda	Proc. Adm. PMS nº
1	014/2026	ROSILENE DA SILVA COLARES	1460/2021
2	015/2026	MARIA DO SOCORRO ARAÚJO DOS SANTOS	0067/2023
3	019/2026	ÉDER JOSÉ DINIZ DOS SANTOS e CLEISSE DOS SANTOS DINIZ	1581/2022
4	023/2026	ANDRÉ AUGUSTO DOS SANTOS DEZINCOURT	0402/2021
5	041/2026	FÁBIO JÚNIOR PILONETTO e IGOR PILONETTO	1244/2022
6	269/2025	FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA DE OLIVEIRA	0989/2022
7	277/2025	LUIZ CARLOS FAVARO	005/2025
8	281/2025	EMANO KENZO ISHIGURO	021/2024
9	284/2025	JECONIAS JORGE DE SOUSA	1086/2025
10	286/2025	WILTEMBERG DA COSTA LIMA	0205/2025
11	287/2025	ADI SIQUEIRA DE VILHENA	1577/2025
12	288/2025	VERA LÚCIA SANTOS ALMEIDA, WILSON SANTOS ALMEIDA e YANE SANTOS ALMEIDA	0657/2025

1. RELATÓRIO

Vem a esta 2ª Comissão Permanente de Finanças, Constituição, Justiça e Redação, para análise e emissão de parecer acerca da legalidade de **12 (Doze) Projeto(s) de Lei** em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, autorizando o Poder Público Municipal, mediante VENDA, a alienar bem imóvel sob seu domínio a particulares.

A proposta é oriunda de **Processo(s) Administrativo(s)** originário(s) do órgão municipal competente para a alienação de imóveis, cada qual trazendo, além dos atos processuais devidos, documentação apta a comprovar: fatores de correção de terreno, laudo de avaliação e memorial descritivo do imóvel, características de posse, publicação de Edital, entre outros requisitos legais para a realização da alienação.

Nesta Casa, a 5ª Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Obras Públicas e Patrimônio emitiu relatórios individualizados de verificação dos imóveis *in loco*, atestando a legitimidade das informações constantes nos procedimentos administrativos que ensejaram as propostas em apreço. Além disso, excepcionalmente, os membros da 5ª Comissão emitiram parecer prévio constatando a pertinência das proposições e opinando pelo seu regular trâmite e aprovação.

Nesta Comissão, as proposições sob análise foram anexadas, posto tratarem de matérias análogas, o que inclusive justifica o parecer único, nos termos do art. 68 do Regimento Interno desta Câmara¹.

É o sucinto relatório.

2. PARECER DO RELATOR

2.1- A alienação de bens municipais é uma das atribuições do Chefe do Poder Executivo, desde que devidamente autorizadas pelo Legislativo, através de aprovação de Projeto de Lei. Nesse sentido, a presente proposta tem por escopo buscar autorização legislativa, conforme previsto no art. 23, inciso I, da Lei Municipal nº 17.775/2003² –

¹ REGIMENTO INTERNO – CMS

Art. 68. Cada proposição terá parecer independente, salvo em se tratando de matérias análogas que tenham sido anexadas.

² LEI MUNICIPAL nº 17.775/2003

2ª COMISSÃO PERMANENTE - Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação
20ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

reproduzido no art. 76, alínea “d” da Lei Orgânica Municipal – para fins de promover, sob a forma de alienação/venda, área de domínio do Município de Santarém em favor dos beneficiados especificados em epígrafe.

2.2- Analisando o conteúdo dos processos em questão, verificou-se que foram cumpridas as diligências administrativas necessárias para fins de alienação de bens, destinando-se a ocupação **Residencial x Comercial** conforme documentos em anexo e nos termos legais. Ademais, a 5ª Comissão desta Casa também não detectou vício nos autos dos referidos expedientes que possam anular os atos já conduzidos. Desta maneira, nos termos do art. 30, inciso IV, do Regimento Interno desta Câmara³, constatou-se a regularidade do projeto, em relação aos preceitos da Lei Municipal n. 17.775/2003⁴, que especifica os casos de alienação de bens do município.

2.3- Por todo o exposto, esta relatoria entende que os Projetos de Lei analisados estão em condições de ser(em) **APROVADO(S)** por esta **2ª COMISSÃO PERMANENTE**, uma vez atendidos os requisitos legais para suas respectivas admissões.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante dos fatos, opinamos no mérito pela **APROVAÇÃO** da(s) proposta(s) analisada(s), uma vez que atende(m) aos preceitos legais e regimentais.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete do Ver. Erasmo Maia, em de maio de 2026.



Ver. ERASMO MAIA – UNIÃO
Relator

Art. 23. A alienação de bens municipais, sempre subordinada à existência de interesse público, nos termos desta Lei, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, sendo esta dispensada nos seguintes casos:

- a) doação devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão;*
- b) permuta;*
- c) investidura;*
- d) alienação de imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da Administração Pública especialmente criados para esse fim, ou quando houver objeto determinado e destinatário certo;*
- e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.*

³ REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Art. 30. À Segunda Comissão de Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação cabe:

IV - apreciar e dar parecer sobre o aspecto constitucional, e sobre a técnica legislativa das matérias que lhe forem distribuídas, inclusive aquelas de competência privativa de outras Comissões;

⁴ EMENTA: Estabelece critérios sobre a composição, defesa, utilização e alienação dos bens públicos do município de Santarém.

2ª COMISSÃO PERMANENTE - Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação
20ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

2ª COMISSÃO PERMANENTE
Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação

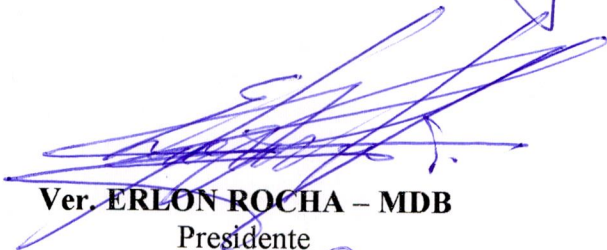
CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante dos fatos, os membros infra-assinados desta **2ª COMISSÃO PERMANENTE** opinam pelo **PROSEGUIMENTO** da(s) proposta(s) analisada(s), posto atender(em) aos preceitos legais e regimentais.

Sala das Sessões, Plenário do Palácio Tapajós, em de maio de 2026.



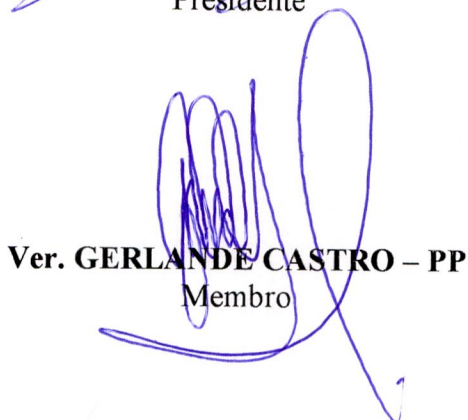
Ver. ERASMO MAIA - UNIÃO
Membro/Relator



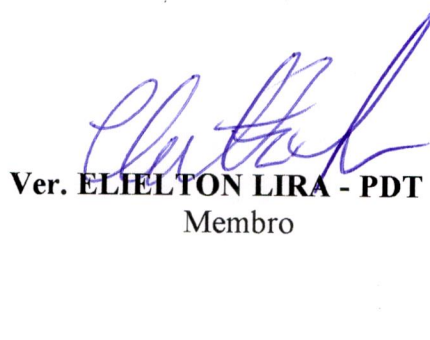
Ver. ERLON ROCHA – MDB
Presidente



Ver. ALAÉRCIO CARDOSO – PSD
Membro



Ver. GERLANDE CASTRO – PP
Membro



Ver. ELIELTON LIRA - PDT
Membro